



O PROCURADOR LUIZ FRANCISCO: "AS DENÚNCIAS SÃO GRAVÍSSIMAS"

**"VAMOS REQUISITAR UMA AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL PARA QUE ELE (RUBENS GALLERANI) EXPLIQUE COMO JUNTOU TODO O PATRIMÔNIO"**

**LUIZ FRANCISCO DE SOUZA**

*Procurador da República*

ACM, ONTEM, NO CONGRESSO: "QUANDO ESTIVE ENFERMO, ELE (GALLERANI) FAZIA COOPER COMIGO. MAS NÃO CONHEÇO A CASA DELE NEM TIVE ESSA INTIMIDADE"

# MP vai apurar denúncias

Alexandre Machado

Da equipe do **Correio**

Auditoria da Receita Federal, pedido de inquérito junto à Polícia Federal e requisição de informações à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e ao Senado a respeito de contratos firmados com as empresas AEG-Electrocom e Aceco.

São esses os procedimentos que o Ministério Público adotará para apurar os indícios de irregularidades denunciados, ontem, pelo **Correio Braziliense**, envolvendo o ex-representante do governo da Bahia em Brasília Rubens Gallerani.

"As denúncias são gravíssimas", avalia o procurador da República Luiz Francisco de Souza. "Tendo em vista que há pelo menos sinais de que pode ter ocorrido sonegação tributária, vamos requisitar uma auditoria da Receita Federal para que ele (Rubens Galle-

rani) explique como juntou todo o patrimônio", antecipa o procurador. "Como há contratos com os Correios e Telégrafos e com o Senado Federal, vamos requisitar dessas instituições documentos das licitações para análise."

Além de Luiz Francisco, os procuradores Alexandre Camanho, Guilherme Schelb e Eliane Torelly comporão um grupo que investigará as denúncias envolvendo Gallerani, que apontam para tráfico de influência, contratos de propina e remessa ilegal de dólares para o paraíso fiscal das Ilhas Cayman.

Mas os procuradores dizem que o MP tinha conhecimento de pelo menos uma das denúncias. Desde o final do ano passado, a procuradora Eliane Torelly está investigando, em um procedimento administrativo, a venda de uma sala-cofre para o Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen). O valor da ven-

da: R\$ 4.539.100,00. Sem licitação.

"O procedimento se originou de uma reclamação da empresa NG Máquinas e Sistemas de Arquivos Ltda, que se sentiu prejudicada por não ter podido participar de uma licitação no Prodasen, que adquiriu a sala-cofre para guardar as centrais de processamento", conta Torelly.

"No momento, o que temos é que essa sala foi adquirida pela Aceco com inexigibilidade de licitação. A justificativa que eles deram foi de fornecedor exclusivo", explica a procuradora.

Como outros órgãos também adquiriram a sala-cofre da Aceco — Ministério da Defesa e Aneel, entre eles — Eliane Torelly está requisitando informações para ver se também houve dispensa de licitação nos outros casos.

"Havendo irregularidade, ajuizaremos uma ação de improbidade contra os diretores do Prodasen", comenta.